

PODER

Governo atua para extraditar Zambelli

Deputada licenciada Carla Zambelli passa por audiência de custódia, hoje, na Itália

» MAIARA MARINHO

A deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) passará por audiência de custódia, hoje, na Itália. A parlamentar licenciada está detida na penitenciária feminina de Rebibbia, em Roma, desde terça-feira (29). Ontem, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes ordenou que a Advocacia-Geral da União (AGU) tome as “providências cabíveis e necessárias” para extraditar a congressista.

“Considerando a comunicação da prisão da ré condenada Carla Zambelli Salgado de Oliveira na República Italiana, oficie-se à Advocacia-Geral da União para que acompanhe e adote as providências cabíveis e necessárias relacionadas ao processo de extradição da ré”, escreveu Moraes no despacho. O magistrado já havia determinado que o STF enviasse os documentos necessários para o Ministério da Justiça solicitar a extradição de Zambelli.

A deputada foi detida após um agente da Polícia Federal (PF) entregar o endereço da parlamentar para a polícia italiana. Na audiência de custódia, ela poderá apresentar argumentos em defesa própria. Por ter cidadania italiana, a parlamentar pode pedir asilo político. Caso a Justiça italiana opte pela extradição, Zambelli poderá aguardar o processo na penitenciária, em prisão domiciliar, ou até mesmo em liberdade.

Condenada a 10 anos de prisão em regime fechado por invadir o sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Zambelli poderá, caso for extraditada ao Brasil, iniciar o cumprimento imediato da pena. O caso já transitou em julgado e, portanto, não tem mais possibilidade de recurso.

A PF informou que a Interpol

Reprodução/Rede Sociais



Fora do país desde junho, deputada licenciada Carla Zambelli (PL-SP) foi presa em Roma na terça-feira (29)

em Roma comunicou a prisão de Zambelli, na terça-feira, “para fins de garantir a extradição ao Brasil”. Disse, ainda, que o Ministério da Justiça italiano foi informado a respeito da prisão e aguarda o encaminhamento do pedido formal de extradição.

A AGU comunicou que adotará todas as providências necessárias para conclusão, junto à Itália, do processo de extradição da deputada, para que a parlamentar possa cumprir no Brasil a pena a que foi condenada.

Em 4 de junho, um dia após a deputada anunciar que tinha deixado o país, Moraes determinou a prisão preventiva de Zambelli e mandou inserir o nome da parlamentar na lista da difusão vermelha da Interpol. Mesmo com a cidadania italiana, ela foi considerada foragida.

Tratado

O tratado entre os dois países prevê que a Itália não é obrigada a entregar brasileiros com cidadania italiana para a Justiça do Brasil. Licenciada do mandato desde 5 de junho, Zambelli foi condenada também por inserir um mandado falso de prisão assinado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, contra ele próprio.

De acordo com a defesa de Zambelli, ela quer ser julgada pela Justiça italiana e vai provar sua inocência, portanto, o retorno dela ao Brasil “ainda é incerto”. “Acredito na competência e na imparcialidade da Justiça italiana para notar que a Carla é alvo de perseguição política e dessa maneira poderá continuar no país”, disse ao **Correio** o advogado da deputada

licenciada Fábio Pagnozzi.

Na quarta-feira (30), o líder do PL na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ), viajou para a Itália com o objetivo de pedir à primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, asilo político para Zambelli. Sóstenes também encaminhou ofício ao ministro da Justiça, Carlo Nordio, solicitando que negue o pedido de extradição feito pelo governo brasileiro.

Enquanto isso, aqui no Brasil, o processo de cassação do mandato de Zambelli poderá ser votado em agosto ou em setembro, de acordo com declarações do presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, Paulo Azi (União-BR), feitas no dia da prisão da parlamentar. **(Com informações da Agência Estado e colaboração de Danandra Rocha)**

Sete novos deputados na Câmara

» ISRAEL MEDEIROS
» GABRIELLA BRAZ

A partir deste mês, sete novos deputados assumem suas respectivas cadeiras na Câmara dos Deputados devido à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). A Corte Suprema deu uma nova interpretação jurídica sobre a distribuição de “sobras eleitorais” nas eleições proporcionais, que define a distribuição de cadeiras de deputados e vereadores, conforme os votos das legendas, e mudou a composição da Casa.

Embora tenha tentado reverter a mudança, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), declarou a perda de mandato dos congressistas na quarta-feira (30). A decisão de Motta afeta, principalmente, o PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, que tinha 88 deputados na base e perdeu dois deles: a deputada Sílvia Waiápi (AP) e a deputada Sonize Barbosa (AP).

Ontem, o sistema da Câmara já refletiu a mudança na distribuição das bancadas. O PL, agora, aparece com 86 parlamentares. Perderam uma cadeira as seguintes legendas: MDB, com 43 deputados; o União Brasil, com 59, e o PDT, com 16. Por outro lado, o Podemos, por sua vez, ganha mais duas cadeiras, enquanto PCdoB, Republicanos e PSB, mais uma. O PP perde um deputado em Tocantins, mas ganha um representante no Amapá.

Os deputados que perderam o mandato foram: Gilvan Máximo (Republicanos-DF); Augusto Puppio (MDB-AP); Lebrão (União-RO); Lázaro Botelho (PP-TO); Professora Goreth (PDT-AP); Sílvia Waiápi (PL-AP); Sonize Barbosa (PL-AP).

Eles deixam os cargos para a entrada dos seguintes deputados: Professora Marcivânia (PCdoB-AP), Paulo Lemos (Psol-AP), André Abdon (Progressistas-AP), Aline Gurgel (Republicanos-AP),

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Presidente da Casa, Hugo Motta, acata decisão do STF para a mudança

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Rafael Bento (Podemos-RO), e Tiago Dimas (Podemos-TO).

O ato da Mesa da Câmara, contudo, não determinou a data que os novos deputados assumirão os mandatos, mas a convocação tem efeito imediato. Um dos parlamentares disse ao **Correio** que a posse pode ser feita antes mesmo do retorno do recesso, na próxima segunda-feira (4), de forma virtual, já que alguns parlamentares estão fora de Brasília. Os deputados já foram diplomados — procedimento obrigatório para assumir cargo eletivo — pelos respectivos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), depois da confirmação da decisão pelo Supremo.

O ex-governador do Distrito Federal Rodrigo Rollemberg, ontem, publicou nas redes sociais um vídeo praticando parapente em Canoa Quebrada (CE) e disse que está pronto para assumir o mandato. “Voando de volta a Brasília para assumir o mandato de deputado federal”, escreveu. Até junho, Rollemberg era

secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Ele assume a cadeira que era de Gilvan Máximo e promete focar na sustentabilidade. **(Ver mais na página 5)**

Do lado dos parlamentares que perderam os mandatos, houve protestos. A deputada Sílvia Waiápi usou as redes sociais para criticar a decisão do STF. “É grave o que o sistema está fazendo com o Brasil e com o povo brasileiro. Eu sou uma mulher indígena, do Norte, uma mulher do norte da Amazônia brasileira, eleita pelo voto proporcional do povo amapaense. E quis então que o STF que esta voz indígena do Norte, de uma mulher que não aceita ser limitada, quis então o STF silenciar a minha voz, a sua voz, a voz do Norte, a voz da Amazônia”, disse a parlamentar do PL.

“Fomos simplesmente notificados de que a Câmara resolveu, então, acatar aquela determinação do STF que interfere plenamente

nas eleições de 2022. Estamos em 2025 e então eles resolvem alterar todo um processo eleitoral porque os sete deputados incomodam um sistema”, afirmou. Uma das deputadas que perdeu o mandato, no entanto, não é ligada a um partido de direita ou de centro-direita: Professora Goreth (PDT-AP), do mesmo estado que Sílvia.

Decisão polêmica

A decisão do STF sobre as sobras eleitorais invalidou as regras aprovadas sobre o assunto pelo Congresso em 2021 no Novo Código Eleitoral, que passou a ser adotado nas eleições de 2022. Segundo a legislação aprovada, só poderiam concorrer às sobras eleitorais os candidatos que tiveram total de votos de pelo menos 20% do quociente eleitoral (número de votos válidos para determinado cargo dividido pelo número de vagas a preencher) e as siglas que tiveram um mínimo de 80% desse mesmo quociente.

O Supremo entendeu que essa regra inviabilizaria a ocupação de lugares no Congresso por partidos pequenos. As ações foram movidas pelo Podemos, PSB e Rede. O STF entendeu que mesmo que os partidos não atingissem a cláusula de barreira, poderiam se beneficiar de vagas remanescentes na Câmara. Em março, em nova decisão, STF estabeleceu que a nova interpretação valeria para as eleições de 2022.

O Republicanos e o PP, que perderam cadeiras, recorreram. A Câmara também. Em maio, Hugo Motta argumentou que a retirada dos mandatos violaria a “estabilidade do ordenamento jurídico” e abriria um “precedente perigoso de instabilidade institucional”. Questionou, também, a revisão da decisão original, que previa a aplicação das novas regras somente a partir de 2024. O STF, no entanto, manteve a decisão.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Disputa Trump-Lula sobre tarifas será prolongada até 2026

Não devemos nos iludir. A imposição de tarifas de 50% pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros, sob a justificativa de ameaça à segurança nacional e como retaliação indireta ao processo judicial contra Jair Bolsonaro (PL), marca o início de uma disputa política que tende a se estender até as eleições de 2026. O gesto do presidente norte-americano Donald Trump vai além da medida comercial. Sinaliza um alinhamento explícito da Casa Branca à extrema-direita brasileira e representa uma interferência inédita nos assuntos internos do Brasil.

Trump vincula o processo de Bolsonaro à sua própria narrativa de “perseguição judicial” e, ao fazer isso, espelha a polarização política em seu país no Brasil. Trabalha para enfraquecer a confiança mundial nas instituições brasileiras, principalmente no Supremo Tribunal Federal (STF), que conduz o julgamento do ex-presidente. O tarifaço é uma arma geopolítica, uma forma de chantagem para obter ganhos eleitorais, tanto nos EUA quanto entre os aliados de extrema-direita no Brasil.

Ceder à pressão e negociar com base em exigências políticas seria um sinal de fraqueza institucional e abriria precedente perigoso, porém, resistir implica em alto custo econômico, especialmente para setores-chave como agronegócio, minérios, combustíveis e manufaturados. Há riscos de erosão política e eleitoral nas regiões mais afetadas pelo tarifaço, como Centro-Oeste, Sudeste e Sul, que majoritariamente se opõem ao governo. Não se sabe ainda se essa maioria se ampliará, sobretudo em São Paulo, maior colégio eleitoral do país, ou ainda pode ser compensada pelo apoio ao governo em outras regiões.

Os dados da pesquisa do Datafolha de julho mostram que 63% dos brasileiros se opõem à interferência de Trump nos assuntos internos do país, mas esse número cai para 48% entre os evangélicos e 42% entre os que votaram em Bolsonaro em 2022. No Sudeste, a rejeição ao tarifaço é majoritária (67%), mas no Norte e Centro-Oeste, regiões exportadoras e mais bolsonaristas, a divisão é maior. Ou seja, a opinião pública ainda pode ser moldada. Existe um caldo de cultura conservador que respalda as posições de Bolsonaro e Trump.

Até 2026, o conflito tende a se intensificar. A narrativa de “Brasil soberano contra imperialismo de Trump” será mobilizada por Lula e seus aliados, enquanto a oposição tentará usar a crise para reforçar o discurso de que o governo é incompetente na condução das relações internacionais e hostil ao agronegócio. Espera-se uma escalada retórica, tanto no plano interno quanto externo. A guerra de versões ofusca o debate técnico. A preferência por negociação (72 %) indica amplo respaldo à diplomacia como estratégia do governo, porém, rejeita um confronto aberto de Lula com Trump.

No Congresso, que volta a funcionar na próxima semana, a oposição já articula uma CPI para apurar supostas omissões do governo na gestão da crise comercial com os EUA. Líderes do PL, do Novo e de parte do PP veem na crise uma oportunidade de reacender a polarização, ao associar sua política externa a perdas econômicas concretas. Por outro lado, setores moderados do PSD, MDB e União Brasil mostram desconforto com o tom beligerante de Trump, especialmente após sua ameaça direta ao STF.

Supremo na berlinda

Lula, denuncia o tarifaço como uma “ingerência imperial” e violação das regras da OMC. No entanto, o apoio prático — em termos comerciais ou de compensação econômica — é limitado. A UE, por exemplo, mantém seu próprio acordo com os EUA e hesita em tomar partido. A China observa de perto, pode se beneficiar da retração brasileira no mercado americano, mas não deve se envolver diretamente.

Internamente, o governo tenta ampliar sua articulação com os setores produtivos para evitar o isolamento, por meio do vice-presidente Geraldo Alckmin, ministro do Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). A Frente Parlamentar da Agropecuária, que tem 303 membros, dialoga com o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, mas é uma força de oposição histórica ao governo no plano eleitoral.

O Palácio do Planalto estuda medidas compensatórias, como créditos subsidiados via Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e novos acordos bilaterais na Ásia e África, mas esses efeitos são lentos e incertos. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ainda elabora um plano de contingência para mitigar os efeitos do tarifaço, proteger as empresas e os trabalhadores atingidos pelo colapso das exportações em setores como o de café, carnes e frutas.

O Judiciário continua sob pressão. A chantagem para que o STF module o julgamento de Bolsonaro crescerá, tendo como alvo os demais ministros da Corte, que podem sofrer as mesmas sanções aplicadas a Alexandre de Moraes. O Supremo já deu sinais de que não aceitará interferência, tornou-se um símbolo da soberania democrática.

Entretanto, pode se tornar o epicentro de uma crise institucional se Trump escalar ainda mais as retaliações. O Departamento de Estado dos Estados Unidos planeja impor a Lei Magnitsky a outros ministros do STF que votaram a favor do processo contra Jair Bolsonaro. Em resumo, o tarifaço é o primeiro ato de uma disputa estratégica que seguirá até 2026.

O JUDICIÁRIO CONTINUA SOB PRESSÃO. A CHANTAGEM PARA QUE O STF MODULE O JULGAMENTO DE BOLSONARO CRESCERÁ